

RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL: O POPULISMO RELIGIOSO DE DIREITA EM JAIR BOLSONARO

RELIGION AND POLITICS IN BRAZIL: RIGHT-WING RELIGIOUS POPULISM IN JAIR BOLSONARO

Edson Lugatti Silva Bissati¹

¹Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. E-mail: edbissati@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4813-7562>

Recebido em: 09/06/2022 | Aceito em: 21/09/2022.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise da mobilização de discursos religiosos de perfil populista por Jair Bolsonaro, candidato a presidente da República eleito no ano de 2018. A importância da religião neste contexto político se deve em razão da proximidade do então candidato com a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional, servindo para uma campanha exitosa com pautas em defesa da moralidade cristã e o fim da “velha política”. A metodologia do trabalho é qualitativa, visando compreender a relação entre o atual Presidente da República brasileiro e os evangélicos, foi feita uma imersão na literatura acadêmica que trabalha a presença evangélica na política nacional contemporânea. Somado à isso, trabalhamos com autores que dissertam sobre o populismo, além de analisarmos discursos e falas de cunho religioso proferidos principalmente por Jair Bolsonaro (PL) ao longo do ano de 2019, bem como, acenos do mesmo ao segmento por meio de decretos presidenciais. Os resultados corroboram com a premissa de que Bolsonaro se caracteriza como um populista de direita que se utiliza da linguagem religiosa cristã conservadora para anagariar apoio e atacar seus adversários na cena política do Brasil.

Palavras-chave: Populismo; Religião; Evangélicos.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present an analysis of the mobilization of religious discourses of populist profile by Jair Bolsonaro, candidate for president of the Republic elected in 2018. The importance of religion in this political context is due to the proximity of the then candidate with the Evangelical Parliamentary Front (FPE) in the National Congress, serving for a successful campaign with guidelines in defense of Christian morality and the end of the "old policy". The methodology of the work is qualitative, aiming to understand the relationship between the current President of the Brazilian Republic and the evangelicals, an immersion was made in the academic literature that works the evangelical presence in the contemporary national politics. In addition to this, it was worked authors who lecture on populism, besides having been analyzed speeches and speeches of a religious nature uttered mainly by Jair Bolsonaro (PL) throughout 2019, as well as nods to the segment through presidential decrees. The results corroborate the premise that



Bolsonaro portrays himself as a right-wing populist who uses conservative Christian religious language to channel support and attack his opponents in Brazil's political scene.

Keywords: Populism; Religion; Evangelicals.



INTRODUÇÃO

Independente da noção que se busca atribuir ao termo, a religião está intimamente imbricada na visão de mundo construída pelos seres humanos, reverberando diretamente em suas manifestações culturais, e na forma de lidar com símbolos alçados a condição de sagrados, ritos/cerimônias e, não menos importante, instituições sociais (Pieper, 2019). Assim, fica evidenciado que o estudo das Religiões é relevante para a compreensão da vida social e política contemporânea.

Vale destacar que a religião exerce influência sobre seus membros para além da doutrina teológica, pois desenvolve senso de comunidade, identidade e pertencimento (Nascimento, 2017). Nessa esteira, estudos clássicos como o de Pierre Bourdieu (2005) ratificam a potencialidade das relações entre os campos da religião e da política. Bourdieu (2005), defende que a religião tem um caráter político, porque ela dá sentido àquilo que existe ou venha a existir. Sua função lógica de ordenação do mundo acaba por recobrir divisões sociais de grupos ou classes concorrentes ou antagônicas, reafirmando o caráter legitimador da produção simbólica.

No Brasil contemporâneo, sobretudo após o processo de redemocratização, diversos porta-vozes do campo religioso se enveredaram a promover alianças e/ou declararem apoio a lideranças do campo político, almejando participação na construção da sociedade. Martins e Oliveira (2020), apontam que nos anos de 1980 havia uma forte campanha dentro dos templos religiosos evangélicos a fim de estimular a representação e atuação política desse segmento na lavratura da Nova Carta Magna. Naquela oportunidade, 32 representantes das mais variadas instituições religiosas oriundas do protestantismo² foram eleitos deputados para a Assembleia Nacional Constituinte.

Freston (1993), afirma que o engajamento evangélico na Nova Constituinte se justificou pelo receio ao “fim da liberdade religiosa” e “destruição da família”. Temiam o retorno da Igreja Católica como religião oficial, a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo e do divórcio, bem como a legalização das drogas e do aborto – pautas constantemente associadas pelos evangélicos como ligadas “ao comunismo” e “ao Diabo”. Cruz (2009), destaca que nascia

² Mariano (2014) destaca de que a Reforma Protestante significou uma ruptura com o catolicismo e culminou no surgimento de diversas religiões evangélicas, ou melhor, contribuiu para a emergência de uma pluralidade de instituições que, muitas vezes, apresentam características teológicas, identitárias e organizacionais antagônicas que se disseminara mundo afora.



uma nova geração de políticos, conhecidos como “*políticos de Cristo*” ou “*homens de Deus*”, e que a cada eleição ganhava mais espaço no campo político.

Desde a primeira eleição direta para a Presidência da República, grande parte das igrejas evangélicas buscaram se aliar aos ocupantes do Palácio do Planalto, sejam estes governantes considerados de direita, esquerda ou centro (Martins e Oliveira, 2020). Os autores mostram que em 1989 a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), instituição com expressiva capilaridade no território nacional e detentora de diversos canais de comunicação, apoiou a candidatura de Fernando Collor de Melo. Nos anos de 1994 e 1998 a igreja caminhou ao lado de Fernando Henrique Cardoso. Durante os anos de 2002 e 2006 trabalhou em prol da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. Nas eleições presidenciais de 2010 e 2014 mobilizou esforços para a eleição de Dilma Rousseff. Em 2016 foi crucial para garantir a governabilidade de Michel Temer, presidente alçado ao cargo máximo do Executivo Nacional após o impeachment de Dilma Rousseff.

O segmento evangélico compõe uma parcela significativa da sociedade brasileira. Segundo dados do último Censo (2010), eles se aproximavam de 42,3 milhões, ou seja, cerca de 22% da população nacional. Trata-se de um grupo que tem crescido e demonstrado enorme capacidade de participar dos pleitos eleitorais no Brasil. Nas eleições de 2018, as igrejas evangélicas desempenharam importante papel no processo eleitoral, principalmente por conseguir inserir suas pautas nos debates (Prandi, Santos e Bonato, 2019).

No pleito eleitoral de 2018, três candidatos melhor se aproximavam do segmento evangélico: Cabo Daciolo (PDT/RJ)³, Marina Silva (REDE/AC) e Jair Bolsonaro (PL)⁴. Ronaldo Almeida (2019), explicita que Cabo Daciolo é pastor evangélico e membro da corporação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Trazendo um discurso fundamentalista regado a versículos bíblicos, sua candidatura se deparou com diversos obstáculos, como tempo reduzido de rádio/TV e baixos recursos financeiros para sua campanha, além de o manter com baixo desempenho nas pesquisas eleitorais. Antes de ter concorrido à presidência, o candidato exerceu o mandato de deputado federal.

³ Nas eleições de 2018, Daciolo foi candidato pelo Patriotas, vindo a se filiar ao PDT no ano de 2022.

⁴ No pleito, Bolsonaro foi candidato pelo PSL, migrando para o PL no final de 2021.



A professora evangélica Marina Silva já havia disputado outras eleições presidenciais, trazendo para o debate pautas religiosas. Entretanto, problemas similares aos enfrentados por Daciolo culminaram no definhamento de sua candidatura. Almeida (2019), ressalta que Marina nunca foi uma porta-voz de pautas conservadoras relativas a comportamentos e costumes, principalmente por defender a laicidade do Estado e o caráter privado da fé, propondo a realização de plebiscitos e referendos para pautas caras aos evangélicos como aborto e casamento gay. Marina já havia exercido os cargos de deputada estadual, senadora e ministra do meio ambiente no governo de Lula, entretanto se mostrava crítica ao PT.

Outro candidato era Jair Bolsonaro, um capitão da reserva do Exército eleito deputado federal por sete mandatos. Parlamentar de poucos projetos, porém polêmico em suas declarações: simpatizante da ditadura civil-militar de 1964 e contra os avanços das políticas públicas a favor das minorias. Casado com a evangélica batista Michele Bolsonaro, o candidato procurou trazer para si a pauta moral que muitos evangélicos carregavam como preceitos de suas vidas, tais como a defesa da família tradicional, o combate ao aborto, a repressão ao crime, dentre outras questões que permeiam o universo moralizante evangélico. Sem sombra de dúvidas Bolsonaro conseguiu aglutinar o maior número de lideranças evangélicas em prol de sua candidatura, com destaques para Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus - IURD), Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo), Valdomiro Santiago (Igreja Mundial do Poder de Deus) e outros bispos evangélicos.

A campanha de Bolsonaro discursivamente explorava uma pertença religiosa, na qual o emprego da expressão “nós”, estava associada aos cristãos, em especial aos evangélicos que moralmente vivem e professam os valores conservadores⁵, e o “eles” para se referir ao segmento oposto, o qual discursivamente se buscava frequentemente denominar de “esquerdistas” e/ou “comunistas”. Bolsonaro deixava claro que existia essa ameaça de sucumbência dos valores cristãos caso candidatos “esquerdistas” ou “comunistas” lograssem êxito nas urnas.

Em relação a essa questão, emerge a discussão sobre o populismo na atualidade e suas mais diversas variações políticas, ideológicas e culturais. Jair Bolsonaro tem se caracterizado como um

⁵ É importante dizer que, o conservadorismo não é uma categoria política que possui característica linear histórica e conceitualmente, é em si um termo polissêmico. Do seu surgimento entre os séculos XV e XVI até a contemporaneidade, o termo vem sofrendo transformações, na maneira que é utilizado e pensado no cenário político em geral.



populista de direita com inclinação a religiosidade cristã conservadora, pautada em especial no debate moral. Nesse sentido, “o populismo se equipara a uma determinada imaginação moralista da política, um modo de perceber o mundo político que coloca um povo moralmente puro e plenamente unido” (Simon Tormey, 2019, p. 35).

Dito isso, cabe salientar que a metodologia deste trabalho tem caráter qualitativo, se valendo da convergência dos dados empíricos com o arcabouço teórico ligado a temática do conservadorismo religioso no Brasil e do populismo no mundo contemporâneo. Os números das eleições presidenciais de 2018 referentes ao segundo turno no Brasil foram recolhidos por meio do site do Instituto Datafolha; assim como os dados coletados neste trabalho referentes aos discursos e falas de cunho religioso proferidos principalmente por Jair Bolsonaro (PL) ao longo do ano de 2019, se deu através das reportagens do jornal Folha de São Paulo. Já os decretos presidenciais do atual Chefe do Executivo que acena ao segmento evangélico foram reunidos junto ao site do Palácio do Planalto. Objetivando assim, compreender o *modus operandi* populista do atual Presidente brasileiro.

Frente a todo o exposto, me debruço em dissertar acerca da postura de Jair Bolsonaro com o segmento evangélico, cujos discursos foram permeados por características de um populismo religioso de direita com profundo apego à moralidade cristã. Na primeira parte, analisarei o momento de campanha em que Jair Bolsonaro se aproxima das pautas morais religiosas e os dados eleitorais que demonstram o expressivo apoio do eleitorado evangélico a Bolsonaro no pleito presidencial de 2018. Na parte seguinte, abordarei a construção de discursos moralistas e populistas de Jair Bolsonaro. Na terceira parte, trabalharei as relações entre o governo e agentes políticos evangélicos. Por fim, nas considerações finais, procurarei oferecer algumas reflexões e indagações sobre as problemáticas discutidas neste trabalho.

1. JAIR BOLSONARO E O ACENO A MORALIDADE CRISTÃ CONSERVADORA

Ao longo da campanha de 2018 Jair Bolsonaro recebeu apoio de grupos evangélicos de diversas igrejas. Muito embora se declare católico, Bolsonaro fez um importante aceno aos



evangélicos no ano de 2016, após ser batizado por um pastor evangélico no Rio Jordão⁶. Ao ser questionado por lideranças católicas sobre o assunto, Bolsonaro negou ter abandonado a religião católica, sinalizando apenas tratar-se de uma estratégia político-eleitoral:

Dentro do rio Jordão em Israel, o católico Bolsonaro foi rebatizado pelo pastor da Assembleia de Deus, Everaldo Dias Pereira. Para o eleitorado médio evangélico, Bolsonaro havia se “convertido”, gerando mais afinidade. Mas quando foi questionado por seu bispo católico, Bolsonaro negou que tivesse renegado a fé católica, alegando tratar-se unicamente de gesto simbólico e eleitoral, apesar de ser teologicamente controverso. Assim, o candidato permaneceu católico e assumiu uma identidade evangélico-pentecostal, em um hibridismo eleitoreiro astuto (Oliveira, 2019, p.09).

Esse batismo possibilitou uma acentuação na aproximação e na aquisição de apoio de forças evangélicas para Bolsonaro. Nascimento (2019), afirma que a efetivação do apoio por parte da IURD a Jair Bolsonaro se deu especialmente na noite do último debate presidencial do primeiro turno, quando Bolsonaro não só se recusou a participar do debate promovido pela Rede Globo de Televisão em virtude do ataque a faca sofrido durante um evento de campanha na cidade de Juiz de Fora/MG, bem como, concedeu uma extensa entrevista à TV Record⁷ no mesmo horário do debate entre os presidenciáveis.

Goldstein (2019), entende que a estratégia utilizada por Bolsonaro durante sua escalada até a eleição para a Presidência da República, é articulada em quatro variáveis, que são: 1) amparo no discurso ultraliberal; 2) rememoração da autoridade militar forjada no período ditatorial que precedeu a redemocratização em 1988; 3) forte convergência com o setor do agro brasileiro, em especial com os políticos ruralistas; 4) a ampla adesão dos evangélicos ao discurso bolsonarista, principalmente com a convergência entre as pautas ligadas a economia, segurança, moralidade e a difusão da teologia da prosperidade fortemente pregada pelos pentecostais, além do destaque da proeminência política evangélica não só na configuração social brasileira, mas também nos acontecimentos sociopolíticos emergidos a partir de 2013, que culminou em mudanças profundas em nosso espaço público.

⁶ Teologicamente o Rio Jordão possui um valor simbólico significativo para os cristãos, pois foi palco de diversas narrativas bíblicas, inclusive o batismo de Jesus Cristo.

⁷ A TV Record é pertencente a Edir Macedo e vinculada a IURD, sendo considerada um dos veículos de comunicação importante para os iurdianos.



Além disso, o bolsonarismo encampou a defesa da idéia de “família tradicional” baseada na lógica paternalista de pai, mãe e filho, um dos temas defendidos pelos políticos evangélicos de inclinação conservadora. Considerando outras formações familiares um desvio desse ideal cristão, em especial as famílias homoafetivas. O combate a qualquer possibilidade de aborto, cujas pautas representam anseio para a manutenção de uma ordem conservadora da sociedade, foi também defendida por Bolsonaro (Rocha, 2020).

Soma-se à isso, o combate à chamada “ideologia de gênero”, pauta combatida pelos evangélicos conservadores e endossada por Bolsonaro. Reis e Eggert (2017), explicam que durante os anos 2000, diversos órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) vinham firmando o entendimento de que são direitos humanos a equidade de tratamento entre sujeitos, principalmente no que tange a orientação sexual e a identidade de gênero, recomendando que os países adotem medidas a fim de combater e punir atos de violência e discriminação contra mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Os autores pontuam que sob a ótica evangélica, aqueles que defendem essas minorias agem na contramão dos valores cristãos, logo devem ser tratados como “inimigos a serem combatidos”. Para Rodrigues (2020) ao ocuparem espaços públicos e políticos, as lideranças religiosas baseiam seus discursos em certa tradição bíblica, cuja moral separa o certo e o errado, o bem e o mal, o papel do homem e da mulher, e a todos que se mostrarem contrários a esse sistema moralizante, cabe o combate e a deslegitimação. Nesse caso, trabalha-se discursivamente com o medo, haja vista a “ameaça” à “maioria” cristã da sociedade brasileira. Assim, “a religião importa antes de tudo como um marcador de identidade, permitindo-lhes distinguir entre os bons “nós” e os maus “eles”” (De Hanas e Shterin, 2018, p.177).

Bolsonaro, traz também outras pautas e ações que o aproximou das massas evangélicas, mas também de outros setores religiosos conservadores, incluindo parte do catolicismo. Dentre tais pautas, tem-se a luta contra o comunismo e o combate ao estado “paternalista e assistencialista” em prol de um modelo neoliberal. Sobre o perigo do comunismo e de uma “suposta” instauração desse regime no país, Bolsonaro investiu no discurso de que com o comunismo no Brasil as instituições sociais estariam ameaçadas, o que implicaria até mesmo em



consequências negativas para as igrejas. Assim, se buscava associar o comunismo a uma ideologia puramente ateuista e cruel, incutindo nos eleitores uma sensação de pânico moral. De acordo com Mouffe (2015), denunciar e apontar o mal nos outros, sempre foi uma forma populista da extrema direita de propagar discursos moralistas e heróicos, bem como um fomentar o pânico na população, rotulando o outro (aqui a esquerda) como o inimigo a ser extirpado.

Sob o aspecto econômico, Bolsonaro era crítico aos programas sociais desenvolvidos durante os governos petistas. Foi adepto da narrativa de enxugamento dos gastos públicos como políticas de distribuição de renda, o candidato defendia a flexibilização de legislações a fim de estimular o empreendedorismo, o que era visto com bons olhos pelos evangélicos. A defesa ao liberalismo econômico pode ser justificada pelo discurso em defesa da Teologia da Prosperidade, amplamente propagandeado por algumas instituições evangélicas. Para Almeida (2019), as igrejas Neopentecostais, em especial a IURD, buscaram estimular a postura empreendedora com o objetivo não só de sobrevivência financeira, mas de acúmulo material e mobilidade social. A ascensão social e econômica dos fiéis contribuiu para a expansão da instituição, à medida que tende a aumentar as arrecadações dos templos.

A atração deste setor por Jair Bolsonaro foi potencializada pelas questões conjunturais da sociedade brasileira. Dentre elas, tivemos a pauta anticorrupção, fruto do descrédito e/ou desconfiança com que a população passou a ter com a classe política nacional, mas também, se deu com “perda da bandeira da ética pelo campo político à esquerda, sobretudo pelo papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores (PT)” (Almeida, 2019, p.188). Tal esgotamento da esquerda e da classe política tradicional serviu de ingrediente político para o crescimento de Jair Bolsonaro.

Ainda no que se refere à pauta moralizante e a sua apropriação feita pelo bolsonarismo, lideranças (algumas consideradas progressistas), antes tidas como representantes dessa fração evangélico-conservadora, foram perdendo credibilidade junto ao eleitorado cristão conservador. O PT, aliado de outrora, era frequentemente propagandeado pelo meio evangélico e pelos bolsonaristas como representante da “velha política”, sendo associado a práticas de corrupção e clientelismo.

Naquela oportunidade, a Operação Lava-jato contava com amplo apoio popular e



denunciava a prática criminosa de diversos nomes da elite política no Brasil, assim vigorava a ideia que “pessoas de bem” deveriam entrar para a política e ocupar cargos decisórios em Brasília. Então, Jair Bolsonaro conseguiu personificar a ideia do “homem de bem”, se apresentando como “um *outsider*” da conjuntura política (apesar de sucessivos mandatos como deputado federal⁸), evocando para si as pautas que giram em torno da moralidade. Segundo Chantal Mouffe (2015, p.74) “o que essa mudança de vocabulário revela não é, como pensavam alguns, que a política tinha sido substituída pela moralidade, mas que a política está acontecendo na *esfera moral*”.

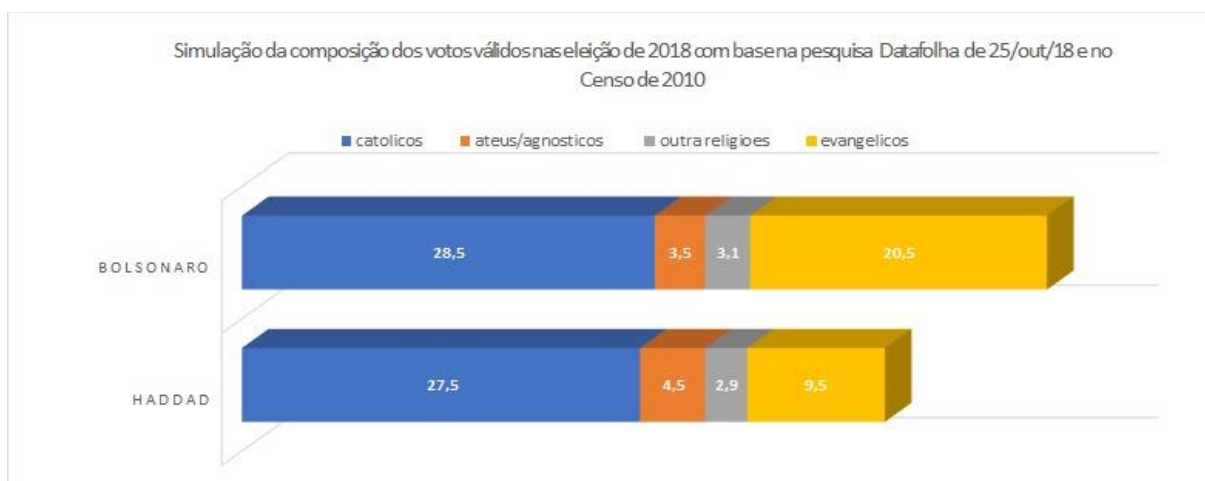
Jair Bolsonaro chega à corrida presidencial de 2018 com uma já forte base evangélica de apoio a sua candidatura, adotando como lema de sua campanha “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”, e iniciando uma cruzada atacando seus adversários com um forte apego a religiosidade e a luta contra uma suposta “hegemonia cultural marxista” que havia “adoecido” nossas instituições. Durante sua campanha, Bolsonaro foi atingido por uma facada em um ato público na cidade de Juiz de Fora/MG e com a repercussão desse acontecimento, o candidato cresceu na disputa ao Planalto, utilizando o ocorrido para mobilizar ainda mais as questões morais, religiosas e políticas que permeavam sua candidatura. Almeida (2019, p. 201), argumenta que “de fato, o atentado sensibilizou muitas pessoas, e vários vídeos foram produzidos contando sua determinação e superação, tudo isso com um acentuado léxico político-religioso”.

Conforme aponta uma pesquisa do Instituto DataFolha⁹ realizada poucos dias antes da realização do segundo turno das eleições de 2018, podemos ver a simulação do percentual de votos válidos que Jair Bolsonaro e Fernando Haddad receberiam dos evangélicos.

⁸De acordo o site da câmara dos deputados, Jair Bolsonaro (sem partido) foi deputado federal por sete mandatos, tendo sido eleito pela primeira vez em 1991 e se reelegeu em todas as legislaturas seguintes até 2018, quando se candidatou a Presidente da República.

⁹Cabe ressaltar, que o Instituto Datafolha baseou seus dados no Censo demográfico de 2010, para desenhar o cenário do 2º turno das eleições de 2018.





Fonte: DataFolha, adaptado pelo autor.

Através desses dados, podemos inferir a expressiva diferença na intenção de votos que Bolsonaro tem dos evangélicos em relação a Fernando Haddad, sendo o dobro o percentual de evangélicos votantes em Bolsonaro em detrimento do candidato petista. Podemos vislumbrar também, o peso que o eleitorado evangélico trouxe a votação de Jair Bolsonaro, de acordo com os dados abaixo.

%	católicos	ateus/agnósticos	outra religiões	evangélicos	total	parcial sem evangélicos	% válidos
Haddad	27,5	4,5	2,9	9,5	44,4	34,9	49,85
Bolsonaro	28,5	3,5	3,1	20,5	55,6	35,1	50,15
% eleitores	56	8	6	30	100		

Fonte: DataFolha, adaptado pelo autor.

Nessa tabela, pode-se perceber que se tirarmos os evangélicos do cenário eleitoral, a vantagem de Bolsonaro em relação a Haddad cai de uma diferença de aproximadamente 10% para uma de 0,2% de votos, configurando quase um empate entre os candidatos. Cabe frisar, que os dados levantados pela pesquisa do Datafolha e o resultado do 2º turno das eleições são basicamente iguais, com diferenças percentuais mínimas, o que garante uma fotografia apurada do pleito eleitoral. É necessário ressaltar por meio desses dados que, o setor evangélico não é eleitoralmente homogêneo, como muitos concebem a luz do senso comum. Afinal, Fernando Haddad, contou com o peso de quase 10% de evangélicos na soma de seus votos, demonstrando um certo apoio ainda que minoritário de evangélicos ao candidato do campo progressista no 2º turno. Consequentemente, o que podemos também vislumbrar através desses dados, é que embora o percentual de votos recebidos por Bolsonaro pelos evangélicos não tenha



númericamente garantido efetivamente sua vitória, seu peso tende a angariar o apoio de outros grupos, bem como, exerce expressiva influência no cenário social que orbita as eleições.

O resultado de todo esse aceno ao setor evangélico se materializou positivamente para Jair Bolsonaro nas urnas, tendo esse segmento se tornado uma de suas bases de apoio. Em seu primeiro discurso após eleito, Bolsonaro fez alusão ao um conhecido versículo bíblico, João 8:32 *“a verdade vai libertar este grande país”* e houve uma oração com grupos evangélicos, reforçando sua aliança com este setor social e religioso. Diante de tais expostos, é necessária uma discussão a respeito da emergência de um populismo à direita que se utiliza dessas questões religiosas e moralizantes para manter uma base de apoio popular.

2. DISCURSOS MORALIZANTES E POPULISTAS DE JAIR BOLSONARO

O fenômeno do populismo não é novo no cenário político mundial, a literatura sobre o tema ao longo da história é vasta e rebuscada, dada a complexa natureza da questão. No Brasil, vivenciamos o populismo primeiro através do varguismo (1930-1954), nesse período houve o que se chama de populismo clássico, posteriormente na era Collor (1990-1992) tivemos o denominado populismo neoliberal (Finchelstein, 2020). Ressalta ainda o autor, outras fases posteriores a essas do populismo, que são os populistas neoclássicos de esquerda, tendo Hugo Chávez (1999) da Venezuela como um dos principais representantes, e o populismo neoclássico de direita e extrema-direita, contando com nomes como o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump como exemplo. Esse último modelo mencionado tem sido umas das tônicas dos debates referentes ao populismo e a democracia no mundo atual, além de Trump, figuras como Erdogan na Turquia e Viktor Órban na Hungria são exemplos de um populismo de extrema-direita emergente no mundo¹⁰.

Esse populismo tem como principais características, uma forma extrema de religião política; uma teologia política fundada por um líder messiânico e carismático do povo; e que se pauta por antagonismos políticos, relegando os adversários como inimigos e traidores da nação; fraca compreensão do estado de direito e separação de poderes; a noção de líder como personificação

¹⁰ Outros teóricos como Pierre Rosanvallon, Simon Tormey, Jan-Werner Müller, trabalham com o conceito de populismo à esquerda e a direita, porém, destacam que os populismos e os populistas por estarem em espectros políticos e períodos históricos diferentes, possuem características que não são unívocas e convergentes, quando se pensa o fenômeno.



do povo; discursos da antipolítica e o ato de discursar em nome da população e contra as elites dominantes. Há uma forte ideia homogeneizadora do povo como entidade única que, quando o populismo se torna um regime, é então equiparada às suas maiorias eleitorais; profundo antagonismo e até aversão ao jornalismo independente; antipatia pelo pluralismo e tolerância política (Finchelstein, 2020).

Em se tratando do caso brasileiro, atores políticos e evangélicos em especial o Presidente Jair Bolsonaro, sua ministra e pastora Damares Alves, são alguns dos principais vocalizadores neste meio de mensagens e discursos que utilizam a Bíblia e o imaginário cristão conservador como instrumento de representação popular e mobilização de políticas com o cunho de proselitismo religioso.

Aqui chamo de discursos moralizantes, falas proferidas por Jair Bolsonaro e também por Damares Alves, no qual tocam em questões sobre os costumes, caros ao público cristão conservador. Em tais discursos, são abordados temas como a família brasileira (com acentuado grau de uma visão mais ortodoxa do termo), a defesa da nação brasileira contra inimigos que “deturpam” a moral do povo, além de mencionar o nome de Deus e tratar a religiosidade cristã como base destes discursos. Segundo Zúquete (2007, p.607) “no caso de populismo religioso, isso significa que uma religião revelada e escriturística é usado para santificar uma causa”. Jair Bolsonaro ao assumir o governo, agiu e age de maneira a caracterizar uma ação de cunho populista, com acentuada inclinação moral e religiosa. Mantendo e/ou implementa todo o conjunto de questões morais que nortearam sua campanha. Sobre esse tipo de posicionamento político, de divisão “nós” contra “eles” (Mouffe, 2015), fazendo emergir a criação de identidades coletivas e que servem de identificação do populista com o “povo”.

Nessa mesma seara teórica, para Ernesto Laclau (2018, p.238) “toda identidade popular possui uma estrutura interna que é essencialmente representativa”. A recriação e/ou criação desta identidade coletiva está presente nos discursos do presidente, afinal, ele demonstra o objetivo de refundar ou reorganizar a nação. Em seu discurso de posse no Congresso Nacional, em janeiro de 2019, é possível vislumbrar isso:

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operou um verdadeiro milagre. Obrigado, meu Deus! (...)



Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida, (...)
 Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. (...)
 Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (...)
 Com a bênção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos. Muito obrigado a todos vocês. Brasil acima de tudo! Deus acima de todos! (Bolsonaro, Jair, *Jornal Folha de São Paulo*, 2019)

Calcando seus argumentos na defesa da família, contra ideologias à esquerda e no “retorno” do Brasil a uma nação “respeitada”, Bolsonaro reforça o jargão moral que norteou sua campanha e agora o seu governo. Além disso, como já destacado sendo uma característica do populismo moderno, designar o inimigo é também um dos elementos discursivos do presidente e da direita religiosa brasileira. O apego ao sentimento das pessoas, a luta contra o “inimigo” que é o comunismo, junto a um forte vitimismo, são outros traços discursivos marcantes do Presidente. Isso nos lembra a perspectiva trabalhada por Rosanvallon (2020), para quem os adversários políticos não são considerados propriamente adversários, mas unicamente “inimigos” no qual o líder tem que assim “proteger” o seu povo.

Em outro discurso proferido por Jair Bolsonaro em Setembro de 2019 é possível perceber isso, dessa vez na Organização das Nações Unidas (ONU), ele afirma:

A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que ele nos revestiu. (...)
 E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou. (...)
 Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida. (Bolsonaro, Jair, *Jornal Folha de São Paulo*, 2019)

Zúquete (2017), destaca que, o populismo religioso na atualidade tem demonstrado impregnar o campo da política ao entusiasmo religioso, ou o caráter simbólico da religião como legitimação da ação do governante populista. Para Finchelstein (2020), o populista moderno atribui suas causas e ações diretamente para com o povo, configurando um modelo de liderança religiosa, no sentido de deificar seu papel de líder e as causas a qual defende.



Dessa forma, é mais uma vez possível constatar isso, em discursos de Bolsonaro, dessa vez em um encontro com evangélicos dias antes do natal em 2019:

Entendo também que, pelas mãos de vocês, hoje sou o chefe do Executivo e é motivo de honra e de orgulho e de satisfação vê-los publicamente aceitando Jesus nesta casa (..) Nesta casa que estava carente da sua [de Deus] palavra (...)
O Brasil mudou, o governo mudou. (Bolsonaro, Jair, *Jornal Folha de São Paulo*, 2019)

Evidenciado fica qual é a moralidade a que o presidente afirma defender, a base religiosa na qual fundamenta seus discursos e o “inimigo” que busca combater. Soma-se ainda as vantagens e acenos no qual o presidente tem feito ao segmento evangélico conservador. Em seu primeiro ano de governo, 30% de sua agenda foi destinada a 46 eventos religiosos, como a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil e 27ª edição da Marcha para Jesus, e a realização de encontros com líderes religiosos (Carranza, 2020). A aproximação de Jair Bolsonaro com a bancada evangélica e como consequência aos políticos desse segmento nos possibilita perceber que o presidente utiliza suas prerrogativas para atender e apoiar reivindicações destes políticos evangélicos em detrimento de outras correntes e minorias religiosas presentes no Brasil.

3. A RELAÇÃO ENTRE GOVERNO E POLÍTICOS EVANGÉLICOS

Desde a campanha presidencial de 2018, Jair Bolsonaro esteve próximo de grupos evangélicos (e para parte significativa das lideranças evangélicas atuais¹¹). Ao assumir o governo foi se evidenciando quais os segmentos sociais e políticos ele iria acenar, conceder e beneficiar. Conforme elencado acima, os evangélicos são um deles, com uma bancada robusta no parlamento, constituem um peso político e um polo importante de apoio ao governo, o que por isso fez e faz com que o atual Presidente da República dedique esforços governamentais para satisfazer esta base de apoio.

É possível vislumbrar alguns destes acenos na própria composição de seu governo, tendo em vista, a nomeação de Damare Alves (Republicanos), pastora da igreja Batista da lagoinha de

¹¹ Entretanto, é importante frisar que parte significativa da bancada evangélica demonstrou um pragmatismo político, pois, embora se pautem pelo conservadorismo no campo dos costumes, estiveram também ao lado de governos anteriores (como os anos do PT), independentemente de sua orientação ideológica. Para Valle (2018) um exemplo é o PRB que se manteve na base dos governos federais petistas até os últimos momentos, desembarcando do apoio ao planalto somente em março de 2016, assim como o PRB, evangélicos de outros partidos estiveram ao lado dos governos petistas (que tinha uma orientação progressista o que difere da forma conservadora explicitada acima).



Belo Horizonte/MG, para o Ministério da Mulher, Família e Direitos humanos, posto considerado importante pelos evangélicos conservadores no combate à chamada “ideologia de gênero” e as consideradas “deturpações” feitas pela esquerda nessa área. Conforme discursou a atual ministra em sua posse:

Um dos desafios é acabar com o abuso da doutrinação ideológica. Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil.(..)
Muitas pessoas no Brasil estão perguntando: precisava no Brasil de um Ministério da Família? Sim, gente. (..)
O governo Bolsonaro vem com uma outra perspectiva. Todas as políticas públicas neste país terão que ser construídas com base na família. (Alves, Damares, *Jornal Folha de São Paulo*, 2019).

Assim, Damares encampa um discurso de cunho moralizante que não só agrada seu eleitorado evangélico, como também a sua base religiosa no *Congresso Nacional*. Nesse sentido, o presidente fez ainda mais acenos a seu grupo de apoio do campo religioso, inclusive acerca de possíveis nomeações de evangélicos para o STF, em especial o nome do ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública André Mendonça¹², dizendo:

Eu sei que ele é terrivelmente evangélico, posso garantir a vocês. Há muitos bons nomes para lá e o Andre Luiz é um bom nome e, com toda certeza, está em uma lista aí" (...) Este terrivelmente evangélico será um profundo conhecedor das leis(...) (*Bolsonaro, Jair, Jornal Folha de São Paulo*, 2019)

Sobre esse último ponto, Rosanvallon (2020), explicita que umas das características do populismo contemporâneo é o interesse por parte do líder populista em modificar tribunais constitucionais com a finalidade de nomear integrantes fiéis ao seu governo.

Além disso, outros nomes evangélicos também se tornaram ministros de Bolsonaro, totalizando 6 (seis), destes, Damares Alves tem se apresentado mais como uma vocalizadora e defensora dos valores religiosos desse segmento. Vale destacar também a nomeação do Pastor presbiteriano Milton Ribeiro¹³, para o Ministério da Educação, nomeação essa que contou com a

¹²Quando Jair Bolsonaro disse sobre a nomeação de André Luiz de Almeida Mendonça ao STF, à época ele ocupava o cargo de Advogado Geral da União, vindo a se tornar ministro do Supremo no final de 2021.

¹³ Recentemente exonerado do cargo, por permitir com que pastores negociassem verbas do FNDE com prefeitos, sem que estes religiosos tivessem cargo no MEC.



influência da base evangélica que apoia o governo. Já os outros ministros são vinculados a igrejas evangélicas históricas (Presbiteriana, Luterana, Maranata e Batista) e que obtiveram suas nomeações mais por uma questão política institucional do que propriamente religiosa¹⁴.

Ainda sobre esses acenos e conseqüências ao segmento evangélico conservador, o governo havia nomeado o professor Benedito Guimarães Aguiar Neto para a presidência da CAPES¹⁵, posto considerado estratégico (assim como a chefia do MEC), pelo governo e sua base evangélica no combate aos “comunistas” que estariam nas entranhas da educação nacional.

O Presidente da República também sancionou leis e emitiu decretos que foram de encontro às pautas moralizantes do segmento, inclusive foram consideradas pelos parlamentares evangélicos conquistas históricas dessa população, que se consideravam a margem dos olhares governamentais no que tange a religiosidade no Brasil. Dessa forma, foi feito pelo Presidente da República o Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019 (Brasil, 2019), que Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, nesse decreto o governo retira comunidades LGBT’s desse conselho, que está lotado no Ministério da Pastora Damares Alves, sabido é que o combate às causas dos movimentos LGBT’s é um dos fronts morais do atual governo, bem como dos conservadores religiosos que o apoiam.

O governo também sancionou a Lei Complementar nº 170, de 19 de Dezembro de 2019¹⁶ (Brasil, 2019), concedendo isenção fiscal por mais de 15 (quize) anos a templos religiosos, reivindicação histórica das igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil. Nesse contexto, Bolsonaro afirmou que “não pode cada igreja tem que ter um contador, ninguém aguenta isso” e ressaltou “sim, chega de taxar os outros”. Uma outra pauta a muito defendida pela bancada evangélica juntamente com a chamada bancada da bala, fora sancionada pelo Presidente Jair

¹⁴Lista dos ministros: Onyx Lorenzoni (DEM), membro da Igreja Luterana; Marcelo Alvares Antônio (PSL), membro da Igreja Maranata e que ao fim de 2020 foi exonerado do cargo; André Luiz Mendonça (sem partido) pastor da Igreja Presbiteriana Esperança de Brasília; General Luiz Eduardo Ramos (sem partido), membro da Igreja Baptista.

¹⁵Sendo esse um evangélico defensor do criacionismo e de seu ensino nas escolas de educação básica, embora hoje também não ocupe mais o cargo.

¹⁶Altera a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e destinados a templos de qualquer culto e a entidades beneficentes de assistência social.



Bolsonaro, se tratando da Lei nº 13.964, de 24 de Dezembro de 2019 (Brasil, 2019), conhecido como Pacote Anticrime, que promove mudanças na legislação penal e processual brasileira, como o aumento do prazo limite para cumprimento de pena privativa de liberdade para 40 (quarenta) anos. Embora a lei tenha sofrido alguns vetos, foi considerada pelos conservadores do congresso e também pela base social de Bolsonaro uma conquista no combate ao crime e a impunidade no Brasil.

Essa lei significa um marco não só penal, mas moral para os evangélicos, pois assim como o Presidente, esse setor entendia que acontecia “pouca repressão” ao crime e que políticas de direitos humanos eram na verdade, mecanismos que defendiam os criminosos e deixavam desprotegidos os cidadãos de “bem” da família tradicional brasileira. Com isso, ressalta Quadros e Madeira (2018), a aderência de parlamentares evangélicos a pautas referentes a segurança pública, se dá, tendo em vista a preservação de valores e a oposição a políticas de direitos humanos apoiadas pelo campo progressista.

Diante disso, inúmeras são as constatações da intrínseca relação do governo Bolsonaro com os evangélicos e os políticos desse setor, além de trazer para seus discursos elementos que convergem com a fé do segmento, no qual mobiliza uma base de apoio popular às suas ações enquanto governante, sancionando leis consideradas importantes para esse setor e investindo na nomeação de evangélicos comprometidos com as pautas moralizantes do governo em cargos importantes na composição do executivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidencia que, no Brasil, os evangélicos conservadores não cresceram apenas em número de adeptos, mas também passaram a ocupar espaços importantes e estratégicos no campo político. Estão presentes de forma ativa na conjuntura política nacional desde a redemocratização brasileira, e lograram importante êxito ao colocar a agenda conservadora dos costumes em evidência no debate público. A ascensão de Jair Bolsonaro como um dos protagonistas da cena política nacional na atualidade e sua chegada a chefia do executivo brasileiro, tendo o público evangélico como parte significativa de sua base de apoio social, trouxe novos contrastes para a configuração política do país, especialmente, quando falamos da direita



e sua relação com esse segmento religioso.

Se antes os evangélicos, seja os seus políticos ou o eleitorado, eram conhecidos, no que se refere ao caráter sociopolítico nacional, pelo pragmatismo no apoio aos governos pós 88 e por maior difusão dos seus votos em candidatos dos mais variados espectros e partidos políticos, atualmente essa configuração parece não se sustentar mais. A chegada de um político a Presidência da República, que abarcou as pautas morais do segmento e fez do imaginário cristão conservador parte significativa da sua identidade política e governamental, colocando o nome de Deus como *slogan* oficial do governo, coisa que os presidentes anteriores não fizeram, nos possibilita perceber as transformações da estrutura política no Brasil, não sendo mais aquela anterior ao recrudescimento da direita conservadora no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, R. (2019). *Bolsonaro Presidente, conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira*. Novos estud. Cebrap. São Paulo. 38(1),185-213. Jan.–Abr. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002019000100010&script=sci_abstract&tlng=pt. [Acessado em: 17 mar. 2021].

Brasil. (2019) *LEI COMPLEMENTAR Nº 170, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp170.htm [Acessado em: 16 de jun. 2020].

Brasil. (2019) *Lei Nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. [Acessado em: 16 de jun. 2020].

Brasil. (2019). *DECRETO Nº 9.883, DE 27 DE JUNHO DE 2019*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/Decreto/D9883.htm. [Acessado em: 16 de jun. 2020].

Brasil. Câmara dos Deputados. *Biografia\Deputados*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>. [Acessado em: 26 de ago. 2020].

Bourdieu, P. (2005). *A Economia das Trocas Simbólicas*. Organização de Sérgio Miceli. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

Carranza, B. (2020) *Evangélicos: o novo ator político*. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. 392 p. / 24 cm.

Cruz, M. P. (2009). *A Igreja Universal do Reino de Deus no “Jogo do Poder”: a aliança com o Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC-SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/2113>. [Acessado em: 28 jun. 2020].



Dehanas, D. N.; Shterin, M. (2018) "Religion and the rise of populism". *Religion, State & Society*, 46(3), 177-185,. DOI: 10.1080/09637494.2018.1502911. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/loi/crss20>. [Acesso em: 17 de mar. 2021].

Finchelstein, F. (2019) *Do fascismo ao populismo na história*. Federico Finchelstein: (Tradução Jaime Araújo), São Paulo, Almedina.

Folha de São Paulo (2019). *Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no congresso*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acessado em: 11 de Jun. 2020

Folha de São Paulo (2019). *Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU com checagens e contextualizações*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-onu-com-checagens-e-contextualizacoes.shtml>. [Acessado em: 11 de Jun. 2020].

Folha de São Paulo (2019). *Acabou a doutrinação de crianças e adolescentes diz Damares em posse*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/acabou-a-doutrinação-de-criancas-e-adolescentes-diz-damares-em-posse.shtml>. [Acessado em: 11 de Jun. 2020].

Folha de São Paulo (2019). *Bolsonaro diz que ministro terrivelmente evangélico da AGU é bom nome para o STF*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-diz-que-ministro-terrivelmente-evangelico-da-agu-e-bom-nome-para-o-stf.shtml>. [Acessado em: 11 de Jun. 2020].

Folha de São Paulo (2019). *Bolsonaro descarta taxaço de igrejas e defende simplificação das contas*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/bolsonaro-descarta-taxacao-de-igrejas-e-defende-simplificacao-das-contas.shtml>. [Acessado em: 11 de Jun. 2020].

Folha de São Paulo (2019). *Bolsonaro e a nova questão religiosa*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/viniustorres/2019/12/bolsonaro-e-a-nova-questao-religiosa.shtml>. [Acessado em: 11 de jun. 2020].

Freston, P. (1993). *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-Unicamp. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279821>. [Acessado em: 28 abr. 2020].

Goldstein, A. (2019) *Bolsonaro. La democracia de Brasil en peligro*. Buenos Aires: Marea Editorial.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultado dos Dados do Censo 2000 e 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/137>. [Acessado em 14 de maio 2020].

Instituto Datafolha (2018). *Pesquisa Eleitoral Datafolha de 25/10/2018*.



<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>. [Acessado em 16 de out.2021].

Laclau, E. (2018) *A razão populista*. Tradução Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Tres Estrelas.

Mariano, R. (2014). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

MARTINS, C. C. N.; Oliveira, F. R. C. (2020). “Religião e Política na IURD: Um estudo da Folha Universal no ano eleitoral de 2018”. In: OLIVEIRA, F. R. C.; SCHIAVO, R. A.; TEIXEIRA, R. da S.; BAPTISTA, M. R.; GUIMARÃES, L. E.; MARTINS, C. C. N. (Org.). *Cristianismos, Sociabilidade & Espaço Público: reflexões sobre as relações entre religião e sociedade*. 1ed.Campinas/SP: D7 Editora, v. 1, p. 140-160.

Mouffe, C. (2015) *Sobre o Político*. 1. ed. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes.

Nascimento, C. C. do. (2017). *Igreja como Partido: capacidade de coordenação eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de Doutorado, São Paulo, FGV. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20151>. Acessado em: 25 jun. 2020.

Pieper, F. (2019). “Religião: limites e horizontes de um conceito”. *Estudos de Religião*, 33(1), p. 5-35. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ER/article/view/9056#:~:text=O%20encaminhamento%20que%20o%20artigo,o%20entendimento%20de%20certos%20fen%C3%B4menos>. [Acessado em 23 set. 2020].

Prandi, R.; Santos, R. W. dos; Bonato, M. (2019). “Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, n. 120, p. 43-60, janeiro/fevereiro/março. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155530>. [Acessado em: 17 de mar. 2021].

Quadros, M. P. dos R., Madeira, R. M. (2018). “Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil”. *Opinião Pública*, Campinas, 24(3), set.-dez., p. 486-522. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-62762018000300486&lng=pt&nrm=iso. [Acessado em: 17 de mar. 2021].

Reis, T.; Eggert, E. (2017). “Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros”. *Educ. Soc.*, Campinas, 38(138), p.9-26, jan.-mar. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf>. [Acessado em: 17 de mar. 2021].

Rocha, C. (2020). “Cristianismo ou Conservadorismo? O Caso do Movimento Antiaborto no Brasil”. *Revista TOMO*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n.36, p. 43-78, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7240728>. [Acesso em 17 de set. 2021].



ROSANVALLON, Pierre. (2020) *El siglo del populismo: Historia, teoría, crítica*. Publicado por: Galaxia Gutenberg, S.L. Av. Diagonal, 361, 2.º 1.ª 08037-Barcelona. Edición en formato digital: agosto de 2020.

Tormey, S. (2019). *Populismo: uma breve introdução/ Simon Tormey*; tradução Mário Molina. São Paulo: Cultrix.

Valle, V. S. M. (2018). *Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, 13(2), Dezembro. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12425>. [Acessado em: 04 de abr. 2021].

Vieira, H. (2018). *O ódio como política: Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões*. Organização Esther Solano Gallego. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo.

Zúquete, J. P. (2017) “Populism and Religion” *The Oxford Handbook of Populism*. New York: Oxford University Press. p. 565-590.

